



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**WESLEY MENEZES DA SILVA**

**UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS MICRO E  
PEQUENAS E EMPRESAS NO BRASIL.**

**CAMPINA GRANDE**

**2012**

WESLEY DE MENEZES DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS MICRO E  
PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao  
Curso de Graduação em Administração da Universidade  
Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências legais,  
para obtenção do título de Bacharel em Administração.

**Orientador: Prof.º Marco Aurélio B. de Lima**

**CAMPINA GRANDE**

**2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CIA I – UEPB

S586e Silva, Wesley Meneses da.

Um estudo sobre a importância socioeconômica das micro e pequenas empresas no Brasil [manuscrito] / Wesley Meneses da Silva. – 2012.

28f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Prof. Ms. Marcos Aurélio Bernardo de Lima, Departamento de Administração”.

1. Micro e pequenas empresas. 2. Índice de mortalidade. 3. Economia. I. Título.

21. ed. CDD 658.022

05  

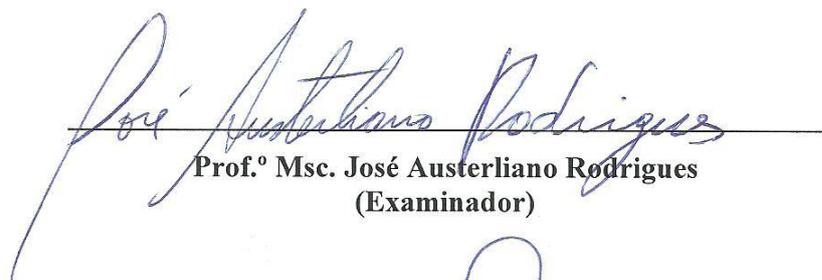

WESLEY DE MENEZES DA SILVA

**UM ESTUDO ACERCA DA IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS MICRO E  
PEQUENAS EMPRESAS.**

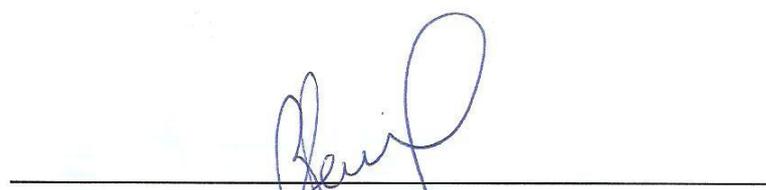
**COMISSÃO EXAMINADORA**



**Prof.º Msc. Marco Aurélio B. de Lima  
(Orientador)**



**Prof.º Msc. José Austerliano Rodrigues  
(Examinador)**



**Prof.ª Msc. Vilza Maria Batista  
(Examinadora)**

**CAMPINA GRANDE**

**2012**

## **Um Estudo sobre a importância Socioeconômica das Micro e Pequenas empresas no Brasil**

Wesley Menezes da Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Discutem-se neste texto pontos indispensáveis sobre a importância socioeconômica das MPE's no Brasil, trazendo dados referentes à atuação destas empresas nos diversos ramos da economia, o quanto as mesmas contribuem para a geração de emprego e renda para sociedade e quais as principais dificuldades encontradas por elas. Apesar de sua grande relevância, o alto índice de mortalidade é fator preocupante, tendo em vista que tais organizações são responsáveis por grande parte da empregabilidade da população brasileira. Logo, acredita-se que o presente estudo possa contribuir de forma positiva para um bom direcionamento destas empresas, mostrando os benefícios destas se tornarem formalizadas, quais as melhores linhas de crédito a se tomar no mercado, como tais empreendedores podem se preparar melhor para enfrentar as dificuldades de um mercado competitivo como o atual, quem pode dar o suporte técnico e a assistência necessária à estas empresas, além de incentivar uma ação empreendedora e inovadora de tais empresários, já que estes são fatores preponderantes para o sucesso organizacional. Para tal adotou-se a pesquisa bibliográfica, onde foi feito um estudo desenvolvido com base em material publicado em livros, jornais, revistas, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público.

**Palavras-Chave:** Micro e Pequenas empresas, Índice de mortalidade, Economia.

### **ABSTRACT**

On this text it's discussed indispensable points about the enormous socio-economic importance of MPE's in Brazil, bringing updated data relating to the actions of these companies in various parts of the economy, how they contribute to injection of employment and income for society and what are the main difficulties encountered by them. Despite its

---

<sup>1</sup> Bacharelado em Administração de Empresas pela UEPB (Universidade Estadual da Paraíba).

relevance, the high rate of mortality it's a disturbing factor, considering that such organizations are responsible for a large part of the employability of the Brazilian population. Promptly, it is believed that the present study could contribute in a positive way as a good direction to these companies, in order to show them the benefits of becoming formalized, which are the best lines of credit to be taken on the market, how the entrepreneurs can best prepare to face the difficulties of a competitive market as the current, who can provide the technical support and assistance required to these companies, in addition to encouraging an entrepreneurial and innovative action to such entrepreneurs, since these are important factors for the organizational success. For this the methodology adopted was a bibliographic search, where a study was made based on material published in books, newspapers, magazines, electronic networks, which are material accessible to the public.

**Keywords:** Micro and Small enterprises, Death rate, Economy.

## 1. INTRODUÇÃO

No século XX após as grandes guerras, as políticas de estado foram tendenciosas em favorecer as grandes e até mesmo gigantescas empresas que dominavam a economia mundial. As políticas econômicas privilegiaram às grandes unidades de produção detentoras de altos níveis de produtividade. Este foi o contexto que se apresentou tanto em países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento (PINHEIRO, 1996). Todavia um novo paradigma vem surgindo recentemente na literatura, revelando o importante papel que as micro e pequenas empresas apresentam em todas as economias.

Vários estudos acadêmicos e científicos na área da ciência econômica constataam a importância e o papel fundamental que desempenham as Micro e Pequenas Empresas no contexto das economias locais, tanto na empregabilidade do Fator Trabalho, como mão-de-obra, quanto na participação efetiva na formação do Produto Interno Bruto (PIB) dessas economias.

Apesar da grande representatividade das MPE's, as mesmas convivem a realidade de um alto índice de mortalidade no Brasil. O que pode ser feito para diminuir tal índice? Como o governo vem incentivando estas empresas a fim de que as mesmas possam obter uma maior competitividade perante as grandes organizações? Quais são as linhas de crédito mais viáveis para este mercado? Quem pode dar suporte técnico e a assistência necessária as MPE's? São estas e outras perguntas que o seguinte trabalho procurou responder, visando conscientizar

tanto os micro empresários (mostrando algumas ferramentas administrativas que podem ser utilizadas e órgãos que podem colaborar quando tais empresas precisarem de algum suporte) como o governo (mostrando números comprovando tal afirmação) da grande relevância sócio-econômica de tais empresas.

Em termos metodológicos, tomando-se como base a taxonomia desenvolvida por Vergara (2000) a pesquisa caracteriza-se, quanto aos fins, descritiva e aplicada. Descritiva porque expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. E aplicada, uma vez que busca soluções para diminuir o alto índice de mortalidade das micro e pequenas empresas brasileiras. Já quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde é feito um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral.

## **2. QUEM SÃO AS MPE's**

De acordo com a Lei número 9.841, de 5 de outubro de 1999, alterada pelo Decreto número 5.028, de 31 de março de 2004, considera-se microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14, e empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00.

Apesar das definições acerca da receita bruta anual, não há uma unanimidade na conceituação das micro e pequenas empresas, essa heterogeneidade ocorre em função da finalidade e dos objetivos das instituições que promovem o seu desenvolvimento.

O *Quadro 1* sintetiza os critérios adotados para enquadramento de micro e pequenas empresas no Brasil.

Independentemente dessa falta de homogeneidade, as contribuições das mesmas são imensuráveis, quer sejam enquadradas nos termos da Lei número 9.841/1999, quer sejam enquadradas nos termos do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), quer sejam enquadradas nos termos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento).

<b>Crítérios de Enquadramento</b>	<b>Valor de Receita</b>	<b>Número de pessoas ocupadas(Comércio e Serviços)</b>
<b>Lei nº 9.841/99 e Decreto 5.028/2004</b> Microempresas Empresas de pequeno porte	Até 433.755,15 mil reais De R\$ 433.755,14 a R\$ 2.133.222	
<b>SEBRAE</b> Microempresas Empresas de pequeno porte		Até 9 De 10 a 49
<b>BNDES (Critério dos países do Mercosul).</b> Microempresas Empresas de pequeno porte	Até 400 mil dólares (cerca de 940 mil reais) De 400 mil dólares a 3,5 milhões de dólares (cerca de 8,2 milhões de reais)	

Quadro 1 – Crítérios de enquadramento das micro e pequenas empresas

Fonte: IBGE (2003, p. 17).

### **3. RESPONSABILIDADE SOCIAL, UM IMPORTANTE ALIADO DAS MPE's**

Ao se concentrar no ente coletivo chamado empresa, responsabilidade social, segundo (GARCIA, 1999, p. 2) significa, por exemplo, tratar com dignidade os seus funcionários, fabricar produtos adequados ao que se espera, prestar serviços de qualidade, veicular propaganda verdadeira, promover limpeza no ambiente de trabalho, não sujar ruas ou dificultar o trânsito, contribuir para as causas da comunidade, não explorar mão de obra infantil, escrava ou de qualquer forma incapaz de se defender. Age de forma socialmente irresponsável a empresa que não observa esse comportamento.

Entretanto, para Garcia isto tudo já é muito ultrapassado, lógico e básico, para ele a sociedade tem evoluído no sentido de cobrança de uma atitude mais responsável no âmbito social perante as empresas.

Garcia (1999, p. 2) afirma que “A coletividade quer comprar produtos e serviços de empresas que não poluem, não fazem propaganda enganosa, contribuem para a melhor qualidade de vida. Responsabilidade social, hoje, pode ser a diferença entre vender ou não vender, sobreviver ou não. Responsabilidade social é, portanto, conceito estratégico e quem não enxergar isto vai rapidamente deixar o convívio social, isto é, vai sair do mercado”.

Para Richard Eells e Clarence Walton (1984), a responsabilidade social está ligada a questões e princípios éticos adotados pela empresa no que diz respeito aos problemas de ordem social que enfrenta. Surge a idéia de empresa como elo entre sociedade, indivíduos e governo, enquanto instrumento capaz de melhorar a qualidade de vida via desenvolvimento econômico.

De acordo com Melo Neto e Fróes (1999, p.98), a cidadania empresarial é um novo conceito decorrente de um movimento social internalizado por diversas empresas e que tem por objetivo conferir uma nova imagem empresarial àquelas empresas que se convertem em tradicionais investidoras de projetos sociais e com isso conseguem obter seus diferenciais competitivos.

Uma empresa-cidadã tem compromisso com a promoção da cidadania e o desenvolvimento da comunidade os seus diferenciais competitivos. Através do exercício da cidadania, a empresa se diferencia de seus concorrentes porque reforça sua imagem institucional (principalmente através do apoio da mídia espontânea e da sinergia com o consumidor que se identifica com a empresa sob o prisma do exercício da sua própria cidadania) e ainda promove a fidelização aos seus produtos. Isto por que: tem uma nova postura empresarial (ganhos de imagem institucional) - investe recursos financeiros, tecnológicos, mão-de-obra em projetos comunitários de interesse público; ganha a confiança, o respeito e a admiração dos consumidores - sinergia com o público. Pode-se também dizer que responsabilidade social empresarial torna-se estratégica para o país, na medida em que aponta para alternativa de uma participação social intensa de todos os setores da economia enquanto alternativa para minorar os efeitos de exclusão social.

#### **4. PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES RESPONSABILIDADES**

No século XX após as grandes guerras, as políticas de estado foram tendenciosas em favorecer as grandes e até mesmo gigantescas empresas que dominavam a economia mundial. As políticas econômicas privilegiaram às grandes unidades de produção detentoras de altos níveis de produtividade. Este foi o contexto que se apresentou tanto em países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento (PINHEIRO, 1996). Todavia um novo paradigma vem surgindo recentemente na literatura, revelando o importante papel que as pequenas empresas apresentam em todas as economias.

As MPE's possuem função social e econômica para o país já conhecido há muito tempo. São elas as principais responsáveis por geração de emprego e renda, além de

representar relevante participação do PIB. Conforme SEBRAE/SP(2008), as micro e pequenas empresas brasileiras são responsáveis pelo emprego de 67% da população economicamente ativa do país no ambiente urbano e contribuem com 20% do volume de riquezas gerado pela nação. Segundo o IBGE (2006) para cada dez empregos formais criados pelas empresas novas (com até cinco anos), entre 2000 e 2006, em média, cinco foram em microempresas, três em pequenas, um nas médias e um nas grandes.

Dados do Sebrae/SP(2008) mostram que a representatividade e a força das MPEs podem ser traduzidas em números. São 5,1 milhões de estabelecimentos; 48 % da produção nacional; 98,5 % das empresas existentes no país; 95% das empresas do setor industrial; 99,1% das empresas do setor de comércio; 99% das empresas do setor de serviço e 21 % do Produto Interno Bruto (ou R\$ 189 bilhões).

Tendo como parâmetro tais dados, é notória a importância socioeconômica das MPE's, sem elas, muitas famílias estariam passando por dificuldades financeiras e a economia do país talvez não estivesse em um crescimento acentuado.

A importância dos pequenos negócios pode ser observada também em vários países, como mostra o Quadro 2.

<b>País</b>	<b>Participação</b>
Austrália	71% da mão de obra e 99% das empresas constituídas
Chile	80% da mão de obra e 20% produto interno bruto
Dinamarca	36% da mão de obra e 44% do produto interno bruto
Espanha	80% da mão de obra e 51% do produto interno bruto
EUA	51% da mão de obra e 51% do produto interno bruto
Grécia	86% da mão de obra
Irlanda	70% da mão de obra e 98% das empresas constituídas
Itália	38% das exportações e 98% das empresas constituídas
México	37% da mão de obra
Reino Unido	56% da mão de obra e 40% das empresas constituídas
Suíça	75% da mão de obra e 99% das empresas constituídas
Tailândia	60% da mão de obra e 85% das empresas constituídas

Quadro 2 – As pequenas empresas na economia mundial

Fonte: Jacintho (2005 apud ORTIGARA, 2006, p. 29)

Apesar da grande representatividade das pequenas e médias empresas no Brasil, as mesmas convivem com o contraste do alto índice de mortalidade no país, o que é bastante preocupante sobre uma ótica econômica e social de médio e longo prazo. Segundo o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de empresas ativas no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) apresentou um crescimento contínuo entre 2000 e 2006, passando de 3,7 milhões para 5,1 milhões. Ao ano, foram criadas, em média, 726.567 empresas e extintas 493.766, com saldo médio anual de 232.800 empresas (IBGE, 2006).

## **5. DIFICULDADES DE GESTÃO E FATORES CONDICIONANTES A MORTALIDADE DAS MPE'S**

Segundo dados do IBGE(2012), 48% das empresas brasileiras fecham as portas depois de três anos. Para o instituto, há uma relação direta entre o porte das empresas e a taxa de mortalidade, ou seja, quanto menor a empresa mais propícia ela está a fazer parte deste triste número. Isso se deve às dificuldades enfrentadas pelas Micro e pequenas empresas de concorrerem com multinacionais e grandes empresas.

Em estudo realizado pelo o SEBRAE (2005) de Minas Gerais, e divulgado em relatório de pesquisa intitulado “Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil” pode-se aferir quais são os principais fatores alegados pelos proprietários de empresas extintas sobre os motivos de encerramento das atividades, assim como também quais são as maiores dificuldades de gestão enfrentadas por proprietários de empresas ativas.

Quando os proprietários de empresas extintas foram indagados sobre as principais razões para o encerramento das atividades, vide tabela 1, a partir de perguntas estimuladas obtiveram-se como respostas de conotação mais acentuada, a falta de capital de giro (45,8), a alta carga tributária (41,7%), a alta concorrência (33,3%), problemas financeiros (33,3%) e inadimplência (20,8%).

**QUADRO 3: Fatores condicionantes para extinção de empresas de pequeno porte.**

Fatores Condicionantes	Extintas
	(%)
Falta de Capital de Giro	45,8
Carga tributária elevada	41,7
Concorrência muito forte	33,3
Problemas financeiros	33,3
Inadimplência	20,8
Falta de clientes	12,5
Ponto/local inadequado	8,3
Desconhecimento do mercado	8,3
Recessão econômica no País	4,2
Descumprimento de contrato	4,2
Falta de crédito bancário	4,2
Problemas com a fiscalização	4,1
Motivos pessoais	-
Falta de conhecimentos gerais	-
Falta de mão-de-obra qualificada	-
Instalações inadequadas	-

**Fonte:** Pesquisa Direta SEBRAE-MG (2005)

**Obs.:** A questão admitia respostas múltiplas.

Fazendo um comparativo com os proprietários dos estabelecimentos ainda em atividade que responderam o questionamento espontâneo, acerca das principais dificuldades encontradas na condução das atividades de suas empresas, vide quadro 4, as mais citadas respostas foram: elevada carga tributária (68,2%), falta de capital de giro (43,6%), recessão econômica do país (34,7%), concorrência muito forte (33,1%), inadimplência (22,6%) e falta de crédito bancário (18,2%).

**QUADRO 4: Principais dificuldades enfrentadas por empresas de pequeno porte em atividade.**

Principais dificuldades	Ativas
	(%)
Carga tributária elevada	68,2
Falta de capital de giro	43,6
Recessão econômica no país	34,7
Concorrência muito forte	33,1
Inadimplência	22,6
Falta de crédito bancário	18,2
Falta de mão-de-obra qualificada	12,9
Falta de clientes	11,3
Problemas financeiros	10,1
Desconhecimento de mercado	6,8
Problema com a fiscalização	6,5
Falta de conhecimentos gerenciais	6,1
Ponto/local inadequado	4,8
Instalações inadequadas	3,6
Outra razão	2,8

**Fonte:** Pesquisa Direta SEBRAE-MG (2005)

**Obs.:** A questão admitia respostas múltiplas.

Tal pesquisa se faz refletir quanto à falta de profissionalismo adotado nestas micro e pequenas empresas. Muitos destes problemas relatados poderiam ser evitados caso houvesse uma boa administração do negócio. Para Souza Neto (2002) é importante investir na profissionalização dos familiares para que eles atuem menos como donos e mais como empresários.

Em ambos os casos estudados, pode-se notar um alto índice de insatisfação perante a falta de crédito bancário, a elevada carga tributária e a grande concorrência. Logo, como o governo vem incentivando as pequenas e médias empresas a fim de diminuir este índice de insatisfação e ajudar as tais empresas a se manterem fortes no mercado, tendo em vista sua importância sócio-econômica para o país?

## **6. INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS**

Diante do grande índice de mortalidade enfrentado pelos pequenos e médios empresários, se tornou mais que necessário a ação do governo a fim de contribuir para que as mesmas seguissem no mercado, adotando medidas que colaborassem para um melhor desempenho das MPE's. Ações como o programa Brasil empreendedor, a elaboração da Lei Geral da Pequena empresa e novas linhas de crédito ligadas a este novo seguimento, cooperaram bastante para o desenvolvimento do mercado atual. Para se ter uma idéia, segundo o Sebrae/RJ, em 2003 existiam no país 4,5 milhões de microempresas, hoje, o número já ultrapassa os 5 milhões, isto se deve muito a tais incentivos governamentais.

### **6.1 Lei Geral**

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa inaugura um novo ciclo de desenvolvimento para o Brasil. A nova legislação significa um importante avanço para os pequenos negócios, promovendo um tratamento diferenciado, simplificado e que favorece o segmento que mais gera renda e empregos em todo o País.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é uma política pública de desenvolvimento sustentável que envolve a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Com a designação de Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – Lei Complementar 123/06, a Lei Geral foi sancionada em 14 de dezembro de 2006, após três anos de intensos debates e mobilização, que envolveram mais de 100 mil empreendedores em manifestações por todo o País.

O principal objetivo da Lei Geral foi criar um ambiente favorável às micro e pequenas empresas, estimulando a competitividade, a redução da informalidade e o incentivo à inovação tecnológica, com benefícios para toda a sociedade. A nova legislação assegura benefícios em três pontos essenciais para a abertura e consolidação dos empreendimentos:

- Redução da carga tributária;
- Desburocratização;
- Estímulos ao desenvolvimento do pequeno negócio.

Na maioria dos casos, a redução da carga tributária ocorreu com a integração de oito impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a partir de 1º de julho de 2007, quando entrou em vigor o Simples Nacional.

Em relação à desburocratização, o empreendedor terá mais tempo para se dedicar às atividades de seu negócio, uma vez que deverá ir a um único órgão para cuidar da regularidade do seu empreendimento. Ainda houve simplificação no processo de abertura, alteração e fechamento de empresas.

A nova lei oferece mais oportunidades, pois está previsto o acesso das micro e pequenas empresas às compras governamentais, à tecnologia, ao crédito, à exportação e aos juizados especiais. Ela prevê também que a legislação municipal deve conter normas claras no que se refere a:

- Incentivos fiscais;
- Inovação tecnológica e educação empreendedora;
- Associativismo e regas de inclusão;
- Incentivo à geração de empregos;
- Incentivo à formalização de empregos;
- Criação de banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários;
- Simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para fins de registro, legalização e funcionamento da empresa, inclusive com a definição das atividades de risco considerado alto;
- Regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao ISSQN;
- Preferências nas aquisições de bens e serviços dos órgãos municipais em micro e pequenas empresas locais.

A Lei Geral foi concebida justamente para estimular a formalização de pequenos negócios irregulares, combinando desoneração tributária, desburocratização e estímulos reais ao desenvolvimento.

A idéia central da nova legislação é tornar as micro e pequenas empresas competitivas na formalidade em relação às médias e grandes empresas e diante da economia informal.

## **6.2 Simples Nacional**

O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado e simplificado para arrecadação de tributos e contribuições, devidos pelas Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, previsto no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/2006). Por ele, são pagos oito tributos, seis do governo federal, o ICMS dos Estados e o ISS dos Municípios em uma única guia de recolhimento. Trata-se, portanto, de uma opção tributária, pois as ME e as EPP podem ou não escolher esse regime de tributação. Se não desejarem optar pelo Simples Nacional, as ME ou as EPP deverão fazer o pagamento dos tributos por outros regimes, como Lucro Presumido ou Lucro Real.

## **6.3 Programa Brasil Empreendedor**

Em 1999, diante da identificação de uma demanda crescente por mecanismos estruturantes, com vistas à sustentabilidade dos micro, pequenos e médios empreendimentos e à diminuição do alto índice de mortalidade desse segmento empresarial, à geração e à manutenção de postos de trabalho e renda, foi lançado, em 5 de outubro, pelo Governo Federal, o Programa Brasil Empreendedor (PBE), com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, buscando-se a inserção dos empreendedores no setor formal da economia, bem como o surgimento de novos negócios.

Esse Programa tem abrangência nacional, envolve a coordenação e a articulação de diversas ações e programas de agentes públicos e privados, dentro das respectivas competências, e adota critérios e objetivos comuns, padronizando procedimentos e conjugando esforços para evitar a dispersão das iniciativas, inclusive as já existentes, o que o caracteriza como um Plano de Ações Integradas do Governo Federal, que tem como eixos principais a capacitação, o crédito e a assessoria empresarial.

Além dos principais eixos mencionados, vêm sendo articuladas e implementadas uma série de outras medidas complementares, necessárias à concretização e ao alcance do objetivo do Programa.

Integram esse Programa o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que o coordena; a Casa Civil da Presidência da República, que coordena o seu Grupo de Gerenciamento; o Ministério do Trabalho e Emprego, incluindo as Secretarias de Trabalho dos Estados; o Ministério das Comunicações; o Ministério da Integração Nacional; o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o Banco da Amazônia; o Banco do Brasil; o Banco do Nordeste do Brasil; a Caixa Econômica Federal; o SEBRAE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O grupo de gerenciamento tem com principal função:

- Avaliar permanentemente os resultados das medidas adotadas, sugerindo os ajustes necessários;

- Monitorar e controlar as ações a serem desenvolvidas para a perfeita consecução das metas estabelecidas, consolidando as iniciativas de apoio e de fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas;

Capacitação:

A capacitação visa desenvolver o empreendedorismo e fortalecer a gestão empresarial, preparando os empreendedores/empresários para que possam planejar, estruturar e/ou reestruturar o seu negócio.

São agentes capacitadores do PBE:

- SEBRAE
- Banco do Nordeste do Brasil
- Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio das Secretarias de Trabalho dos Estados e Distrito Federal

Crédito através:

- Banco da Amazônia
- Banco do Brasil
- Banco do Nordeste do Brasil
- BNDES
- Caixa Econômica Federal.

Segundo o SEBRAE(2004), todas estas mudanças - Lei Geral, Simples Nacional e Programa Brasil Empreendedor - ampliará a participação das micro e pequenas empresas, tirando-as da informalidade, aumentando a arrecadação fiscal, além de reduzir as exigências. De acordo com uma média nacional, apresentada por estudos do SEBRAE, para cada empresa formal, há quatro informais. Empresas informais em nada contribuem para o crescimento

econômico. Somente para esclarecimento, conforme estudos da consultoria McKinsey e Company, publicados na Revista Exame, se conseguíssemos trazer para a formalidade, cerca de 20% destas empresas informais, a taxa de crescimento da economia brasileira dobraria (UMA LUZ..., 2004)

## **7. EMPREENDEDORISMO, UMA FORMA DAS MPEs SUPERAREM AS GRANDES ORGANIZAÇÕES**

Uma mentalidade empreendedora torna-se essencial para a manutenção das Micro e Pequenas empresas no mercado, tendo em vista que as mesmas não possuem capital monetário suficiente para concorrer com as grandes organizações, uma vantagem no capital intelectual neste momento pode ser algo crucial para o sucesso.

O tema empreendedorismo tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores no Brasil e no mundo. Apesar de ser relativamente um tema novo, já é bastante vasta sua literatura. No Brasil especificamente, existe um direcionamento no sentido de não só incentivar financeiramente o surgimento de negócios, mas também de criar uma mentalidade empresarial empreendedora. Esse último intento tem chegado às academias através da reestruturação dos currículos de graduação pela oferta da disciplina de empreendedorismo, como mais uma opção de ensino.

Para Timmons (1990) o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século 21 mais do que a revolução industrial foi para o século 20.

Existem muitas definições para o empreendedorismo. O termo empreendedor (entrepneuer) tem origem francesa e significa aquele que assume riscos e começa algo novo. Foi utilizado pela primeira vez por Jean BaptistSay, um economista francês, com o objetivo de distinguir o indivíduo que consegue transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para um setor com produtividade elevada e com maiores rendimentos. (DRUCKER, 1987).

Para Fillion (1991), o empreendedor é a pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém um alto nível de consciência do ambiente em que vive usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente.

Drucker (1987) definiu empreendedor como pessoas que inovam. “A inovação é o instrumento específico do espírito empreendedor. É o meio pelo qual eles exploram a mudança como oportunidade para um negócio ou serviço diferente”.

Segundo Degen (1989) a riqueza de uma nação é medida por sua capacidade de produzir, em quantidade suficiente, os bens e serviços necessários ao bem estar da população. Por este motivo acredita-se que o melhor recurso de que se dispõe para solucionar os graves problemas sócio-econômico pelos quais o Brasil passa é a liberação da criatividade dos empreendedores, através de livre iniciativa, para produzir estes bens e serviços.

Dollabela (1999) afirma que “O empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para sociedade”.

As MPE's têm características que propiciam o potencial empreendedor. Elas têm grande importância para uma nação: geram alto volume de renda nacional e oferecem condições excepcionais à medida que conseguem oportunizar novos empregos, criar ou implementar inovações.

Como o empreendedorismo é um dos temas mais importantes da atualidade, há diversas definições para o empreendedor, entretanto, fazendo uma análise de tais conceitos pode-se caracterizar o empreendedor como uma pessoa:

- Que antecipa tendências;
- Trabalha com vigor e paixão;
- Tem senso de liderança;
- Tem senso de negociação;
- Sabe dividir tarefas e idéias.

Conforme a GEM (2010), o Brasil é o país com maior número de empreendedores por oportunidade. Segundo dados da pesquisa o Brasil possui a maior taxa de empreendedores em estágio inicial (TEA), 17,5%, seguido pela China, com 14,4% e a Argentina com 14,2%, perante os 17 países membros do G20 que participaram da pesquisa. Tal pesquisa só vem ressaltar o espírito empreendedor do brasileiro, que apesar de não deter as melhores condições para iniciar seu próprio negócio, tem perseverança e leva o projeto à frente, mesmo diante de todas as dificuldades inerentes a tal atitude.

## 8. LINHAS DE CRÉDITO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

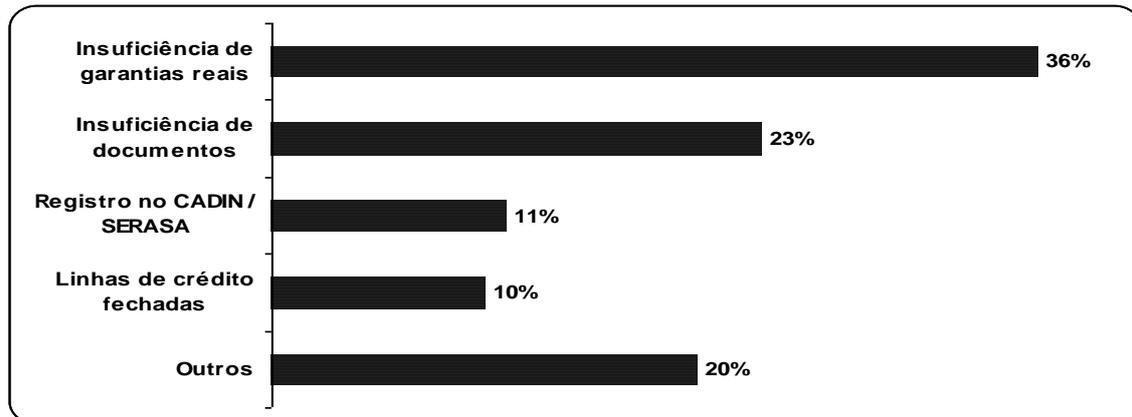
Analisando dados do SEBRAE no que se refere às dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas, nota-se um alto índice de insatisfação quanto à falta de crédito bancário e a insuficiência de capital de giro, logo, tendo em vista que é através do crédito bancário que muitas micro e pequenas empresas conseguem competir com as grandes corporações, o que tem sido feito para mudar esta realidade? Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelos microempresários no que tange a obtenção de crédito? Quais são os créditos disponíveis no mercado?

De acordo com Stiglitz e Weiss (1981), o acesso ao crédito é uma das mais importantes ferramentas ao desenvolvimento econômico de um país. Sem a obtenção de recursos as empresas diminuem sua capacidade produtiva e de investimento, reduzem os patamares de faturamento e de geração de emprego e renda, o que acaba contribuindo para o aumento nas taxas de mortalidade das MPE's.

As Instituições Financeiras são agentes fundamentais para desenvolvimento, já que ampliam os meios de pagamento, ao disponibilizarem o Crédito. O capital criado pelo crédito bancário proporciona o acesso às Micro e Pequenas Empresas à corrente de bens, podendo adquirir meios de produção, matérias-primas e contratar empregados. Neste contexto, os lucros do negócio deverão permitir a cobertura dos custos de produção, pagar os Juros e amortizar o capital emprestado. A função, então, do mercado monetário é fornecer crédito para o desenvolvimento e este cria e alimenta esse mercado ao expandir o volume de negócios na economia. A existência de inovações financiadas pelo crédito é o que permite o contínuo crescimento econômico além do crescimento demográfico. É através do Crédito bancário que muitas micro e pequenas empresas conseguem competir com as grandes corporações.

O que se observa é que a distância que separa as pequenas empresas dos empréstimos bancários se aprofundou. As instituições financeiras estão usando programas de análise de risco cada vez mais sofisticados para selecionar os empreendimentos merecedores de recursos. Além disso, continuam exigindo um elenco de garantias que, na prática, estreita ainda mais a já apertada porta de acesso ao crédito, seja para investimentos, seja para custear os gastos do dia-a-dia.

**QUADRO 5: Razões alegadas pelos bancos para não concessão de crédito.**

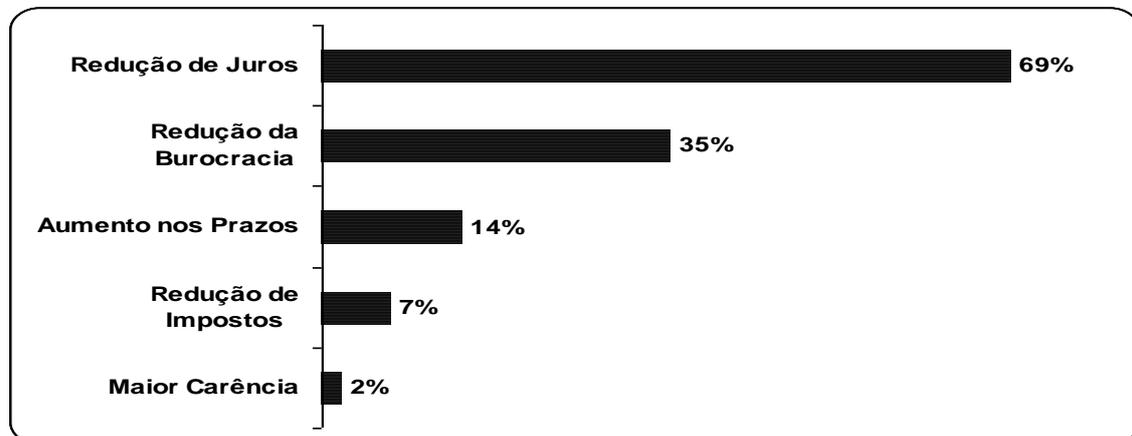


Fonte: SEBRAE-SP / Fipe (1999)

Nota-se que a principal dificuldade encontrada pelos bancos para o fornecimento de crédito para as MPE's é a insuficiência de garantias reais, o que de fato não ocorre com as grandes empresas.

Por outro lado os pequenos e médios empresários também se mostraram insatisfeitos quando indagados sobre o serviço de crédito bancário.

**QUADRO 6: Ações para facilitar a tomada de novos empréstimos pelas MPE's .**



Fonte: SEBRAE-SP / Fipe (1999)

De fato, quando se observa dados da pesquisa do SEBRAE-SP, nota-se que caso fosse “fácil e barato” a tomada de empréstimo para micro e pequenos empresários, os mesmos o fariam com mais frequência. Pode-se dizer então que se as taxas de juros, as exigências impostas pelos bancos e a burocracia fossem reduzidas de forma significativa, isso por si só, permitiria um aumento expressivo no número total de empresas tomadoras de empréstimo.

É importante destacar função dos bancos no apoio ao desenvolvimento das MPEs, segundo o SEBRAE: *É função dos bancos decidir a aprovação ou não da solicitação de empréstimo, bem como liberar os recursos financeiros para as microempresas e empresas de pequeno porte.*

Dentre os principais agentes financiadores das MPE's, destacam-se o BNDES , o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e as principais linhas de crédito podem ser vistas no quadro a seguir:

#### **QUADRO 7: Linhas de Crédito disponíveis às MPE's**

<b>Tipo</b>	<b>Características</b>
<b>Para investimento e/ou investimento fixo</b>	O capital destinado à aquisição de máquinas e/ou equipamentos e obras civis indispensáveis à implantação, modernização, funcionamento ou ampliação da empresa
<b>Para capital de giro</b>	Recurso destinado à compra de mercadorias, reposição de estoques, despesas administrativas, etc.
<b>Capital de giro associado ao investimento ou investimento misto</b>	A parcela de recursos destinada a cobrir as despesas que a empresa terá com investimentos realizados. Ou seja, se a empresa financiou uma máquina, poderá necessitar de matéria-prima para a produção – neste caso, será financiado o capital de giro.

Fonte: SEBRAE

De forma geral, estas são as 3 principais linhas de crédito disponíveis para as MPE's, entretanto há uma gama enorme de tipos de financiamentos embutidos nestes três ramos, a seguir alguns exemplos.

#### **8.1 Financiamento para Capital de Giro**

a) **DESCONTO DE CHEQUES E DUPLICATAS** – Financia capital de giro através dos descontos de recebíveis, ou seja, de vendas a prazo de bens e serviços através de cheques ou duplicatas. Os limites são estabelecidos conforme o cálculo do limite de crédito de cada empresa. O Banco do Brasil possui taxas bem competitivas no mercado, as quais vão variar em função do prazo médio dos descontos. A taxas de desconto de cheques variam de 1,68% a 1,99% ao mês e desconto de duplicatas (títulos), ficam entre 1,99% a 2,26% am.

b) **BB GIRO CAIXA** – com recursos do PIS - Linha disponível na Caixa Econômica Federal. Os beneficiários são as MPE's dos ramos Industrial, Comercial e de prestação de

Serviços. Indicado para empresas legalmente constituídas e em plena atividade, com no mínimo 12 meses de faturamento comprovado. Os valores podem chegar até R\$ 100.000,00. Prazos para pagamento: mínimo de 1 mês e máximo de 24 meses para pagamento, sem carência. Os encargos são juros remuneratórios de TR + 0,8333% a TR + 2% ao mês; IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), conforme legislação em vigor. As garantias são: nota promissória assinada pelos principais sócios da empresa como co-devedores.

c) BB GIRO RÁPIDO Linha disponível no Banco do Brasil. Os beneficiários são as micro e pequenas empresas dos ramos Industrial, Comercial e Serviços. Somente para empresas legalmente constituídas e correntistas do Banco, com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões. Os valores podem chegar até 40% do limite de crédito da empresa. Os prazos para pagamento podem chegar até 18 meses para pagamento sem carência.

## **8.2 Financiamento para Investimentos**

O maior incentivador deste tipo de financiamento é sem dúvida o BNDES ( Banco Nacional de Desenvolvimento Social) que repassa tais recursos aos bancos que atuam com as linhas de investimento.

Agentes Financeiros - O agente financeiro com maior volume em desembolsos do BNDES em 2006 foi o Bradesco, com R\$ 5,7 bilhões, dos quais 38,6% (R\$ 2,2 bilhões) para micro, pequenas e médias empresas. Os outros quatro maiores foram: Banco do Brasil, com R\$ 5,1bilhões; Unibanco, com R\$ 2,5 bilhões; Votorantim, com R\$ 1,5 bilhão e Safra, com R\$ 1,3 bilhão; conforme informações constantes no site do BNDES. São exemplos de financiamentos custeados pelo BNDES:

a) BNDES Finem - Financiamento a projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos. O valor mínimo de apoio pelo BNDES Finem - normalmente de R\$ 10 milhões - pode ser reduzido a até R\$ 1 milhão nas linhas de financiamento voltadas para investimentos em Inovação

b) PROGER Urbano Microempresa e Empresas de pequeno Porte – Financiamento para investimento fixo e capital de giro associado em projetos que visem à manutenção de postos de trabalho e a geração de emprego e renda. Prazo da operação- não pode ultrapassar 96 meses, incluindo os 36 de carência. Juros: TJLP + 5,33%aa.

FINAME – Máquinas e Equipamentos – Financiamentos, através de instituições financeiras credenciadas para a produção e a comercialização de máquinas e equipamentos novos, de

fabricação nacional, credenciados no BNDES. Prazo: até 5 anos, incluindo carência de no máximo 24 meses e Juros: TJLP + 7,00% aa.

## 9. PAPEL DO SEBRAE JUNTO ÀS MPE's

De acordo com o Sebrae/NA (2011), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas foi criado com o intuito de estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequenas empresas do Brasil. É uma entidade privada sem fins lucrativos criada em 1972. Tem por missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Também atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios, entre outros.

Parte deste esforço ganhou visibilidade com a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A lei consolidou, em um único documento, o conjunto de estímulos que deve prevalecer para o segmento nas três esferas da administração pública: federal, estadual e municipal, inclusive na área tributária.

Um dos dispositivos da Lei Geral, o Simples Federal, já regulamentado, representou grande ganho para micro e pequenas empresas em termos de redução de burocracia, de carga tributária e de custos operacionais. Outro dispositivo, o de Compras Governamentais, beneficiou o segmento por representar um nicho de negócios fundamental ao aumento do faturamento e da competitividade dos pequenos negócios.

Essas ações reforçam o papel do Sebrae como incentivador do empreendedorismo e revelam a importância da formalização para a economia brasileira. O Sebrae mostra aos milhões de micro e pequenos empresários deste País as vantagens de se ter um negócio formal, apontando caminhos e soluções, com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços financeiros, à tecnologia e ao mercado, sempre com foco na competitividade empresarial.

Por meio de parcerias com os setores público e privado, o Sebrae promove programas de capacitação, estímulo ao associativismo, desenvolvimento territorial e acesso a mercados. Trabalha pela diminuição da carga tributária e da burocracia para facilitar a abertura de mercados e ampliação de acesso ao crédito, à tecnologia e à inovação das micro e pequenas empresas.

## 10. METODOLOGIA

Entre as diversas formas de se classificar uma pesquisa, dois critérios básicos são propostos por Vergara(2000): quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins essa pesquisa é descritiva e aplicada. Descritiva porque expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. E aplicada, uma vez que busca soluções para diminuir o alto índice de mortalidade das micro e pequenas empresas brasileiras. Segundo Vergara (2000), uma pesquisa aplicada tem finalidade prática e é motivada pela necessidade de resolver problemas concretos de solução imediata ou não.

A classificação quanto aos meios pode ser: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, ex post facto, participante, pesquisa-ação ou estudo de caso. Para esta pesquisa a melhor classificação aparenta ser a pesquisa bibliográfica. A definição desse tipo de pesquisa apresentada por Vergara(2000) confirma essa classificação. “Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.”

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a evolução no que se refere às ações que visam dar melhores condições às MPE's a fim de transformá-las em empresas mais competitivas, evitando assim a falência precoce de tais organizações. Entretanto, ainda há muito a se fazer. Através do SEBRAE, têm-se conseguido conscientizar e dar um melhor embasamento teórico e prático acerca de como estes pequenos empresários podem enfrentar as dificuldades do mercado. O governo também tem sua parcela de contribuição, diminuindo a quantidade de impostos e burocracia antes necessários para a formalização destas empresas e criando programas como: Brasil Empreendedor, a Lei Geral e o SIMPLES.

Apesar de tudo que tem sido feito, ainda se está longe do ideal. Incentivar ainda mais o crédito, oferecer cursos profissionalizantes para empresários da área, diminuir a alta carga tributária (já que esta é uma das maiores reclamações dos micro e pequenos empresários e por conta dos altos valores dos impostos estes empresários se veem endividados e não podem

realizar novos investimentos), são alguns exemplos do que pode ser feito para melhoria da situação destas empresas.

Diminuir expressivamente o alto índice de mortalidade destas empresas torna-se algo indispensável para o crescimento da economia, já que elas são os principais responsáveis por geração de emprego e renda, segundo dados do SEBRAE, além de representar relevante participação do PIB. Conforme SEBRAE/SP(2008), as micro e pequenas empresas brasileiras são responsáveis pelo emprego de 67% da população economicamente ativa do país no ambiente urbano e contribuem com 21% do volume de riquezas gerado pela nação.

Diante de tais números, pretendeu-se neste trabalho acadêmico, demonstrar que apesar da importância das Micro e Pequenas Empresas, as mesmas ainda passam por muitas dificuldades, tornando-se necessário que o Governo e o mercado entendam a importância de se investir nestas empresas. É preciso Intensificar os planos criados pelo Governo e criar novas alternativas para que as MPE's se mantenham em um mercado tão competitivo a curto, médio e longo prazo, proporcionando o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do mercado no qual estas empresas estão inseridas.

Para os micros e pequenos empresários, este estudo serve como guia, onde os mesmos poderão observar fatores de incentivos governamentais (Lei Geral do Empreendedor, Simples Nacional e Programa Brasil Empreendedor) e de mercado (Linhas de crédito disponíveis, Papel do Sebrae, etc). Este artigo contribuirá também para o embasamento teórico dos estudiosos da área a fim de incentivar novos estudos que possam colaborar para o crescimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas no país.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BB - Banco do Brasil S/A Disponível em:<[http:// www.bb.com.br](http://www.bb.com.br) >. Acesso em 16/02/2012.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento social. Publicações. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>.> Acesso em 22/02/2012.

CAIXA. Caixa Econômica Federal. Disponível em:<[http:// www.caixa.com.br](http://www.caixa.com.br)>. Acesso em 23/02/2012.

DECRETO nº 5.028 de 31 de Março de 2004.

DEGEN, Ronald Jean; MELLO, Alvaro Augusto Araujo. **O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial**. 8. ed. São Paulo: Makron, 1989.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DRUCKER, Peter F. (1987) - **Inovação e Espírito Empreendedor - Entrepreneurship**. São Paulo: EditoraPioneira. Economic Review. 1981.

EELLS, Richard e WALTON, Clarence. **Conceptual foundations of business**. Apud **OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas**. In: Revista de Administração de Empresas, 24 (4): 204, out./dez.1984.

FAZENDA, Ministério da Fazenda, Governo Federal. **Publicações**. Disponível em: [http://www.fazenda.df.gov.br/arquivos/pdf/pmf\\_alteracoes\\_2012.pdf](http://www.fazenda.df.gov.br/arquivos/pdf/pmf_alteracoes_2012.pdf)

FILION, L. J. (1991) - **O Planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, jul/set, p. 63-71.

GARCIA, Ademerval. **"Responsabilidade social não é ajuda, é respeito"**. Gazeta Mercantil. Interior Paulista. 23/11/1.999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Publicações**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) . Acesso em 28 de Agosto de 2012.

IBGE- Coordenação de Serviços e Comércio. **As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil**: 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>. Acesso em 28 de Fevereiro de 2012.

LEI nº 9.841, de 05 de outubro de 1999.

Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

NETO, Francisco Paulo de Melo, Fróes Cesar. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor**, Ed. Qualitymark, Rio de Janeiro, 1999.

ORTIGARA, A. A. **Causas que condicionam a mortalidade e/ou o sucesso das micro e pequenas empresas do Estado de Santa Catarina**, 2006, 173 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PINHEIRO, M. **Gestão e desempenho das empresas de pequeno porte: uma abordagem conceitual e empírica**. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Publicações**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em 02/2012 e 03/2012.

SEBRAE-MG. **Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. Fatores Condicionantes e Taxas de Mortalidade de Empresas no Brasil**. SEBRAE-MG, 2005.

SEBRAE-SP. **10anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas**. São Paulo: SEBRAE-SP, 2008.

SOUZA NETO, R. **Empresa familiar e sucessão**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 09 jan. 2002.

STIGLITZ, J.; A. WEISS. (1981) - **Credit Rationing in Markets with Imperfect Information**. American

TIMMONS, Jeffrey. (1990) – **New Venture Creation: Entrepreneurship for the 21st Century**, 4ª Edição.

UMA LUZ SOBRE O BRASIL SEM SOMBRAS. Exame, São Paulo, n. 819, junho de 2004. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0819/noticias/uma-luz-sobre-o-brasil-das-sombras-m0041746>. Acesso em 28 de Maio de 2012.

VERDADE, Ivete F. C. – **A Importância do Crédito para as Micro e Pequenas Empresas** – Trabalho de conclusão de curso de Especialização, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS, 2007.

VERGARA, Sylvua C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.